

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

PEDRO ZANINI CAMPOS

**ANÁLISE DO SPREAD DAS TAXAS DE JUROS BRASILEIRAS COM O GRAU DE
CONCENTRAÇÃO DO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO ENTRE O PERÍODO DE
2015-2021**

Porto Alegre

2023

PEDRO ZANINI CAMPOS

**ANÁLISE DO SPREAD DAS TAXAS DE JUROS BRASILEIRAS COM O GRAU DE
CONCENTRAÇÃO DO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO ENTRE O PERÍODO DE
2015-2021**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Maurício Andrade Weiss

Porto Alegre

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Campos, Pedro Zanini
ANÁLISE DO SPREAD DAS TAXAS DE JUROS BRASILEIRAS
COM O GRAU DE CONCENTRAÇÃO DO SETOR BANCÁRIO
BRASILEIRO ENTRE O PERÍODO DE 2015-2021 / Pedro Zanini
Campos. -- 2023.
46 f.
Orientador: Maurício Andrade Weiss.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Ciências Econômicas,
Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Concentração bancária. 2. Spread da taxa de
juros. 3. Mercado de Crédito. I. Weiss, Maurício
Andrade, orient. II. Título.

PEDRO ZANINI CAMPOS

**ANÁLISE DO SPREAD DAS TAXAS DE JUROS BRASILEIRAS COM O GRAU DE
CONCENTRAÇÃO DO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO ENTRE O PERÍODO DE
2015-2021**

Trabalho de conclusão submetido ao
Curso de Graduação em Ciências
Econômicas da Faculdade de Ciências
Econômicas da UFRGS, como requisito
parcial para obtenção do título Bacharel
em Economia.

Aprovada em: Porto Alegre, 04 de setembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Maurício Andrade Weiss – Orientador
UFRGS

Prof. Antônio Ernani Martins Lima
UFRGS

Prof. Henrique Morrone
UFRGS

RESUMO

Esse trabalho teve como objetivo apresentar uma revisão teórica e analisar a concentração do setor bancário brasileiro e a evolução do tamanho do spread bancário entre o período de 2015 e 2021. Foram elaboradas, ao longo do trabalho, teorias e modelos para servirem de base para a explicação do comportamento e valores dos índices de concentração e do spread, foram abordados os temas de estruturas de mercado, teoria da firma, atividade bancária e formação da taxa de juros e spread. Também foram abordadas as características específicas do setor bancário brasileiro e posteriormente uma análise de dados dos índices de concentração dos ativos e captações. Este trabalho concluiu que há uma alta concentração do setor nas 10 maiores instituições bancárias ao se analisar os dados do Índice de Relação de Concentração. Ao analisar o Índice *Herfindahl-Hirschman*, segundo os parâmetros utilizados pelo Banco Central, das captações e ativos percebeu-se uma concentração moderada.

Palavras-chave: Sistema Financeiro. Concentração Bancária. Spread.

ABSTRACT

This work aimed to present a theoretical review and analyze the concentration of the Brazilian banking sector and the evolution of the size of the banking spread during the period from 2015 to 2021. Throughout the work, theories and models are developed to serve as a basis for explaining the behavior and values of concentration indices and the spread. The topics of market structures, firm theory, banking activity, and the formation of interest rates and spreads will be addressed. The specific characteristics of the Brazilian banking sector will also be discussed, followed by an analysis of data on asset and liability concentration indices. This study concluded that there is a high concentration of the sector in the top 10 banking institutions when analyzing the Concentration Ratio Index. When analyzing the Herfindahl–Hirschman Index, both liabilities and assets show a moderate concentration according to the parameters used by the Central Bank.

Keywords: Financial System. Banking Concentration. Spread.

Sumário

| | | |
|----------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 7 |
| 2 | REVISÃO LITERATURA | 9 |
| 2.1 | ESTRUTURAS DE MERCADO E CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA | 9 |
| 2.2 | TEORIAS DA FIRMA BANCÁRIA, FORMAÇÃO DA TAXA DE JUROS E DO SPREAD | 12 |
| 2.2.1 | Teoria da Firma e atividade bancária | 12 |
| 2.2.2 | Formação da taxa de juros e spread | 13 |
| 3 | SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO | 16 |
| 3.1 | MUDANÇAS MACROECONÔMICAS E ADAPTAÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO NACIONAL PÓS PLANO REAL | 16 |
| 3.2 | TENDÊNCIA DA CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA | 19 |
| 3.3 | DETERMINANTES DO SPREAD | 21 |
| 3.4 | HISTÓRICO DE INICIATIVAS PARA REDUÇÃO DO SPREAD DOS JUROS..... | 24 |
| 4 | METODOLOGIA | 28 |
| 4.1 | ÍNDICES DE CONCENTRAÇÃO | 28 |
| 4.2 | ÍNDICES DE MEDIDA DO GRAU DE CONCENTRAÇÃO E DADOS UTILIZADOS 29 | |
| 4.3 | DECOMPOSIÇÃO DO INDICADOR DE CUSTO DE CRÉDITO E O SPREAD BANCÁRIO | 30 |
| 5 | ANÁLISE DE DADOS | 31 |
| 5.1 | EVOLUÇÃO DO GRAU DE CONCENTRAÇÃO NO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO..... | 31 |
| 5.2 | EVOLUÇÃO DO SPREAD DA TAXA DE JUROS | 34 |
| 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 39 |

1 INTRODUÇÃO

As instituições financeiras possuem um importante papel intermediador na captação e disponibilização de crédito ao mercado. O mercado de crédito é um dos principais fatores do crescimento econômico pela sua capacidade de fomentar o consumo das famílias e os investimentos das empresas.

A eficiência do mercado de crédito define o ritmo e facilidade de crescimento de um país, taxas de juros mais baixas estimulam o consumo e o investimento. Entretanto, no Brasil, se discute que as taxas de juros dos empréstimos são desnecessariamente altas e refletem uma ineficiência do setor.

O principal elemento questionado é o nível do spread bancário no Brasil. É defendido por alguns autores que o alto nível do spread bancário se dá pela alta concentração do setor bancário no Brasil.

No Brasil, o Banco Central do Brasil (Bacen) e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) atuam de maneira conjunta na supervisão da concorrência no sistema financeiro, formalizado com a assinatura do Memorando de Entendimentos em 28 de fevereiro de 2018. O Bacen supervisiona e regula o sistema financeiro para garantir a estabilidade e solidez do Sistema Financeiro Nacional (SFN); o CADE tem como função a análise das operações de fusões e aquisições de empresas para avaliar o impacto na competitividade do setor e de prevenir práticas anticompetitivas que prejudiquem os consumidores e demais agentes do mercado.

No acordo assinado entre o Bacen e o CADE ficou definido a atuação conjunta na avaliação e supervisão da concorrência do sistema financeiro, dessa forma, as situações das fusões e aquisições no SFN, também denominadas de operações de atos de concentração, só seriam aprovadas com o consentimento de ambas as entidades públicas.

A taxa Selic tem seu papel nas políticas econômicas e impactos na economia, ela traz um impacto para o Índice de Custo de Crédito, porém com a análise do spread da taxa de juros pode ser visualizado a eficiência do sistema financeiro brasileiro no mercado de crédito. O nível do spread bancário está relacionado com a estrutura em que se encontra o sistema financeiro e do mercado de crédito, enquanto a taxa Selic é uma variável fixada por uma política monetária.

No presente trabalho será discutido o crédito com base nos recursos livres e com base no direcionado, porém será priorizada a observação do spread bancário dos

créditos livres que são influenciados pelo mercado. Para a análise da decomposição do spread será utilizado a média do Índice de Custo de Crédito geral e dos recursos livres. Mais adiante no trabalho, serão analisadas as variáveis que afetam o nível do spread no mercado de crédito e o impacto da concentração bancária.

O objetivo desse trabalho é esclarecer qual o grau de concentração do setor bancário brasileiro, e com isso identificar os impactos da concentração do setor no mercado de crédito e no tamanho do spread da taxa de juros no Brasil.

Esse trabalho está dividido em 6 seções. A primeira é a introdução, a segunda é a revisão bibliográfica que abordará estudos relacionados ao setor bancário, a terceira é uma análise do setor bancário brasileiro que explicará suas características específicas e o contexto da evolução da concentração do setor, a quarta é a explicação da metodologia utilizada que explicará quais parâmetros e ferramentas foram utilizadas para avaliar os dados coletados, a quinta é a análise de dados que abordará as conclusões com a interpretação dos dados e a sexta seção são as considerações finais.

2 REVISÃO LITERATURA

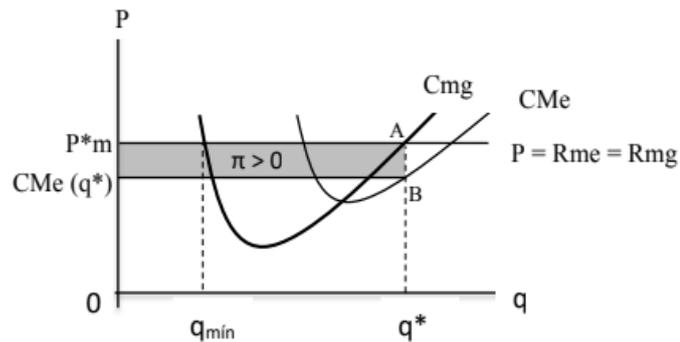
Nesse capítulo serão contextualizados os tipos de estruturas de mercado e seus impactos na definição de preços e volume de produção, utilizando argumentos de autores para comparar com o setor bancário. Mais adiante, serão contextualizadas as teorias que explicam o funcionamento e tomada de decisões dos bancos e como isso afeta na formação do spread da taxa de juros.

2.1 ESTRUTURAS DE MERCADO E CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA

Segundo a teoria de valor Marshall o mercado atua em um sistema de concorrência perfeita e as variáveis externas são constantes, com esses parâmetros, o preço de mercado é o ponto de equilíbrio em que o preço que as firmas estão dispostas a vender seus produtos convergem com o preço em que os consumidores estão dispostos a comprar os produtos, ambos agentes econômicos buscam maximizar sua utilidade e lucro (GENNARI, 2009).

Marshall utiliza em sua teoria o princípio dos custos de produção, a utilidade marginal e os diferentes cenários para cada prazo observável. Ele atribui o princípio dos custos de produção como uma função da oferta dos bens e serviços das firmas.

Segundo Marshall, a curva de oferta é representada pela curva de custo marginal da produção de uma firma, quando a curva de custo marginal começa a ter uma utilidade marginal decrescente, visto as limitações dos fatores de produção disponíveis, a produção da firma perde produtividade, o aumento do volume da produção reflete em um aumento dos custos de produção para cada unidade produzida. Desse modo, uma firma escolherá produzir uma unidade a mais de uma mercadoria, no curto prazo, se o preço de mercado cobrir o custo adicional (GENNARI, 2009).

Gráfico 2 – Curva de Oferta da Firma

Fonte: Varian (2015)

No gráfico acima é representado a produção de uma firma no curto prazo, a reta da demanda é a reta horizontal do preço de mercado (P^*m) e a curva de oferta seria a curva do Cmg . Nesse exemplo a firma está obtendo lucro pois, o CMe na produção q^* está menor que a reta P .

A estrutura de mercado em que o preço de uma mercadoria segue o preço de mercado é um cenário de concorrência perfeita. Nesse cenário há muitos vendedores (firmas) e compradores (consumidores) e nenhum deles é capaz de influenciar o preço das mercadorias, outras características, que são condições de uma estrutura de mercado de concorrência perfeita são: produtos com substitutos perfeitos, baixa barreira de entrada de investimento e perfeita informação no mercado. (SAMUELSON, 2010).

As outras estruturas de mercado além da concorrência perfeita são a estrutura de oligopólio e o monopólio, caracterizadas como uma organização de mercado com competição imperfeita (MENDES, 2015).

Segundo Mendes (2015), o cenário de oligopólio é constituído por poucas empresas que controlam a oferta do produto ou serviço que não tem substitutos próximos, dessa forma os preços são considerados variáveis independentes que se ajustam com a expectativa do total ofertado que maximiza o lucro da firma.

No cenário de monopólio existe só um produtor de um bem e serviço que não tem substitutos próximos e a empresa determina a oferta do produto e serviço, a curva da demanda não é uma constante e sim uma decrescente, pois o preço é uma variável decidida pela firma monopolista. O nível de produção da firma monopolista que maximizará o seu lucro é no nível de produção em que o Cmg é igual a Rmg (que nem no cenário de concorrência perfeita), entretanto o monopolista consegue cobrar o

preço acima do Cmg pois, cobrará o preço observado na curva de demanda. A capacidade de cobrar um preço acima do Cmg é denominado de *mark-up*. (FRANK et. al, 2012)

O cálculo do preço de venda com o *mark-up* é calculado conforme a fórmula abaixo:

$$P(q^*) = \frac{Cmg}{1 - \left(\frac{1}{\varepsilon(q^*)}\right)}$$

Sendo P o preço de venda, q^* a quantidade produzida, $P(q^*)$ o preço de venda para um determinado nível de produção, Cmg o Custo marginal associada à produção de quantidade q^* e $E(q^*)$ a elasticidade da demanda.

Também existem os monopólios naturais que são situações em que é mais eficiente e econômico existir apenas uma empresa ofertando, visto que nesses casos existe um alto custo fixo (capital de entrada) e custos de produção, dessa maneira uma empresa só conseguiria entrar nesse setor se conseguisse garantir uma receita mínima para tornar esse investimento viável. Com a existência de um único fornecedor não existiria concorrência pela demanda do produto ou serviço, de forma que a empresa conseguirá produzir uma quantidade maior, diluir os custos fixos em cada unidade produzida e reduzir seu custo médio. Alguns setores com a presença de monopólios naturais são: distribuição de água e energia elétrica, sistemas de transportes públicos, e telecomunicações (MENDES, 2015).

No caso do setor bancário, existem divergências de opinião entre autores sobre os benefícios e malefícios da concentração bancária. Segundo Bittencourt et al. (2015), a concentração no setor bancário garante uma melhor estrutura para as instituições e uma diminuição dos riscos, resultados mais compensatórios ou até redução dos custos através dos ganhos de escala; entretanto a maior concentração do mercado pode dar a oportunidade para os bancos aumentarem seus spreads (FREITAS; KÖHLER, 2009). Outros autores como Beck, Demirgüç-Kunt e Levine (1999), destacam que a maior concentração do setor bancário diminuiria a pressão da competitividade no setor, porém o setor bancário possui sua característica específica, os produtos e serviços no setor bancário não apresentam patentes ou exclusividades para um único banco, ou seja, nesse setor há substitutos próximos para determinado

produto ou serviço financeiro; porém pode haver sim diferenciações via investimentos de marketing e na imagem de credibilidade do banco no mercado. (FREITAS, 1997).

2.2 TEORIAS DA FIRMA BANCÁRIA, FORMAÇÃO DA TAXA DE JUROS E DO SPREAD

2.2.1 Teoria da Firma e atividade bancária

O modelo neoclássico da firma bancária caracteriza o banco como uma firma maximizadora de lucros, onde o volume de crédito ofertado é aquele em que a receita marginal do ativo iguala o custo marginal dos custos de captação. No pretexto de otimização dos recursos, a firma bancária adotaria estratégias de alocação de suas reservas para o equilíbrio que minimize o risco de liquidez e maximize a rentabilidade (DE PAULA, 1999). Segundo De Paula (1999), o modelo neoclássico da firma bancária falha ao não considerar a influência da preferência dos depositantes no volume das reservas.

Segundo De Paula (1999), a teoria da firma bancária da abordagem pós-keynesiana os bancos têm preferência pela liquidez, dessa forma, eles formam suas estratégias de alocação de seus recursos em um cenário de expectativas incertas, conciliando a lucratividade e sua preferência de liquidez.

Com a captação de recursos financeiros dos clientes, os bancos estão adquirindo um passivo na forma de um comprometimento, em um prazo definido, de retorno do valor emprestado mais uma remuneração. Os prazos e valores dos passivos são fatores determinantes da alocação dos recursos financeiros dos bancos.

A alocação dos recursos financeiros é preferencialmente direcionada para operações de crédito com prazo semelhante ao passivo adquirido pelo banco, pois assim consegue manter sua carteira equilibrada e o comprometimento com o prazo dos passivos (OREIRO, 2005).

Segundo Camargo (2009), a preferência de operações de curto prazo é também relacionada ao risco de choque de juros e inflação:

A preferência pelos empréstimos de curto prazo pode ser explicada pela captação de recursos, feita, principalmente, pela emissão de passivos de curto prazo, como depósitos à vista ou a prazo. A utilização desses recursos no financiamento de longo prazo provocaria o descasamento de prazos nos balanços dos bancos, aumentando a vulnerabilidade dessas instituições perante qualquer choque de juros. Essa preferência pelo curto prazo também é resultado da incerteza provocada pela longa convivência com a alta inflação (CARVALHO, 2004, p.22).

Segundo Oreiro (2005), a oferta de crédito pelas instituições bancárias é menor do que o demandado pelas firmas. Baseando-se na hipótese de Stiglitz e Weiss (1981), os bancos racionam crédito e por causa disso a oferta de crédito não estaria em equilíbrio com a demanda, dessa maneira a taxa de juros que maximiza o retorno na carteira de empréstimo estaria abaixo da taxa de juros de equilíbrio do mercado.

Sendo assim, a taxa de juros e a oferta de crédito depende da decisão do banco e não do mercado. Há de se observar que os bancos não conseguiriam colocar as taxas de juros maiores que o mercado e que pode ocorrer alteração na taxa de maximização do retorno esperado de sua carteira, que também alterará o volume de crédito ofertado (OREIRO, 2005).

2.2.2 Formação da taxa de juros e spread

O spread bancário é definido como a diferença entre a taxa de juros cobrada pelas instituições financeiras e o custo financeiro de captação dos recursos. Diversas escolas de pensamento econômico elaboram suas teorias sobre o funcionamento do mercado de crédito.

Segundo Lopes (2014), existem duas maneiras de se calcular o *spread* contabilmente: *spread ex-ante* e *spread ex post*.

No modelo *ex-ante*, o cálculo do *spread* é baseado nas expectativas e estimativas futuras das variáveis que afetam o nível do *spread*, como: taxa de juros esperada, previsão do risco de inadimplência, inflação esperada, etc. No modelo *ex post*, o cálculo do *spread* é baseado na análise do histórico de dados reais, as receitas e custos de captação das operações de crédito, para se formular uma tendência e assim definir o nível de *spread* (LOPES, 2014).

Para a teoria pós-keynesiana, a firma bancária é retratada como um agente ativo tanto no gerenciamento de seus recursos quanto na captação de novos passivos, gerenciando suas obrigações e introduzindo inovações financeiras. A teoria pós-keynesiana implementa a ideia do cenário de incerteza e das expectativas futuras como uma variável na otimização e alocação dos recursos da firma bancária. (DE PAULA, 1999)

Um dos autores pós-keynesianos que busca explicar o processo da formação das taxas de juros foi Moore (1988), sua teoria tenta definir a formação das taxas de juros de empréstimos como uma implementação de uma taxa de mark-up sobre a taxa básica de juros. Entretanto sua teoria não leva em conta a preferência por liquidez por parte dos bancos como um fator da formação das taxas de juros. Segundo o autor, toda demanda de crédito por uma dada taxa de juros, fixada pelo Bacen mais o mark-up, seria atendida, não levando em consideração o equilíbrio da liquidez no balanço de pagamentos da instituição financeira.

Oreiro (2005) cria um modelo, incorporando o modelo de racionamento de crédito de Stiglitz e Weiss e o fator da liquidez da teoria pós-keynesiana, para explicar o comportamento dos bancos e determinação da composição dos seus balanços em funções das taxas de juros e do spread bancário. No seu modelo concluiu-se que: o spread bancário é uma função crescente do grau de concentração do setor e decrescente da taxa básica de juros.

De acordo com o referido modelo, a taxa de juros básica afeta o volume ofertado de crédito, mas não a taxa cobrada nos empréstimos. Essa taxa leva em consideração o nível de endividamento das empresas e o prazo de vencimento das dívidas dos credores. Com o aumento da taxa básica de juros se diminui o volume de crédito, pois, com o aumento dos juros, os ativos de menor risco (a exemplo dos títulos públicos) ficam mais rentáveis e fazem com que os bancos direcionem os recursos da carteira de empréstimos para adquirir dos ativos defensivos.

No modelo de Oreiro (2005), o aumento do nível de spread se dá pela diminuição dos custos de captação de depósitos e não pelo aumento das taxas de juros dos empréstimos. O aumento da concentração do setor bancário permite que os bancos consigam captar a mesma quantidade de depósitos a um menor preço, entretanto, não influencia na formação da taxa de juros dos empréstimos.

Oreiro (2005) defende ainda que o aumento da taxa de juros tem o efeito de diminuir o spread, pois um aumento da taxa de juros básica faz aumentar a

rentabilidade dos ativos defensivos, incentivando os bancos a aumentarem o volume da arrecadação de depósitos, oferecendo taxas maiores de captação para adquirirem mais ativos defensivos. Contudo, se houvesse uma alta concentração bancária os bancos conseguiriam fornecer somente um aumento moderado para a taxa de captação de depósitos.

3 SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO

Nesse capítulo será elaborado o contexto econômico pós Plano Real e como o setor bancário brasileiro se adaptou ao novo cenário macroeconômico nas mudanças de suas estruturas operacionais e receita mais a própria reestruturação do setor bancário. Posteriormente será contextualizado os possíveis motivos para o nível do spread da taxa de juros no Brasil e algumas das medidas que já foram utilizadas para tentar reduzi-lo.

3.1 MUDANÇAS MACROECONÔMICAS E ADAPTAÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO NACIONAL PÓS PLANO REAL

A década de 1990, no Brasil, foi marcada pelo período de adaptação e reestruturação do setor bancário causadas pelo fim da alta inflação e o surgimento de um novo cenário econômico.

Nesse mesmo período, houve mudanças nas variáveis econômicas através da reforma cambial do Plano Real, que causou uma estabilização e valorização da moeda, diminuição da inflação, aumento das taxas de juros e incentivo à privatização de empresas estatais. (CAMARGO, 2009)

Nos períodos de alta inflação, antes do Plano Real, o sistema bancário tinha estruturado suas operações utilizando as receitas provindas do “float” financeiro¹ que se beneficiavam com o processo inflacionário. (CAMARGO, 2009)

Segundo Rodrigues (1999), a perda da rentabilidade dos ganhos de floating resultou na queda da parcela do setor bancário no PIB de 12% a 6,3% entre 1994-1997. No trabalho de Maia (1999), analisou-se a queda da participação da receita inflacionária nas operações bancárias.

¹ Float financeiro: Ganho inflacionário possibilitado pela detenção de recursos e depósitos não passíveis de correção monetária ou qualquer outra modalidade de remuneração.

Tabela 1 - Lucros inflacionários (float) no Brasil

| Ano | % do PIB | % lucro |
|------|----------|---------|
| 1990 | 4,00% | 35,70% |
| 1991 | 3,90% | 41,30% |
| 1992 | 4,00% | 41,90% |
| 1993 | 4,20% | 35,30% |
| 1994 | 2,00% | 20,40% |
| 1995 | 0,00% | 0,60% |

Fonte: Maia (1999)

O substituto da receita inflacionária foram as tarifas bancárias e a expansão oferta de crédito para pessoas físicas e jurídicas. A estratégia de expansão da oferta de crédito se tornou economicamente viável devido ao aumento dos depósitos, pela queda das taxas de inflação, crescimento da economia em 1994-95 e o alto retorno pelas altas taxas de juros. (JUNIOR, 2004). Segundo Carvalho (2005), a rentabilidade média dos bancos no segundo semestre de 1994 não se afastou do padrão, embora os bancos fossem em tese afetados pela queda da inflação.

A tomada de crédito com taxas de juros altas se tornaram possíveis por causa do crescimento da economia, entretanto, no ano de 1995, ocorreu a Crise Mexicana que por sua vez pressionou o governo a adotar políticas econômicas contracionistas; essa decisão levou a um aumento do atraso e inadimplência dos empréstimos anteriores, colocando o setor bancário na beira de uma crise bancária. Por esses fatores, o governo iniciou o plano de reestruturação e fortalecimento do sistema financeiro nacional, destacando-se os programas de reestruturação PROES e PROER (DE PAULA, 1998).

O Programa de Incentivo à Redução da Presença do Estado na Atividade Bancária (PROES), criado em 07/08/1996 (no governo de Fernando Henrique Cardoso), teve como objetivo de enxugar os bancos, principalmente os estaduais, endividados do controle dos Estados para depois privatizá-los. Pela estratégia do programa o governo federal financiaria toda a dívida dos bancos públicos se os estados renunciassem ao controle do banco ou o liquidasse, caso contrário o governo federal iria financiar só a metade do valor da dívida

No trabalho de Cleofas (2004), observaram quais bancos foram liquidados, extintos, privatizados ou optaram pelo financiamento do governo federal. Segue abaixo a tabela com a indicação de alguns dos bancos.

Tabela 2 – Reestruturação Bancária no Brasil

| Bancos liquidados ou extintos | Bancos Controlados pelos estados privatizados | Bancos Controlado pela União privatizados | Bancos que optaram pelo “saneamento” |
|-------------------------------|---|---|--------------------------------------|
| Banacre (Acre) | Bandepe (Pernambuco) | Banespa (São Paulo) | Banese (Sergipe) |
| Banap (Amapá) | Baneb (Bahia) | Banescor | Banestes (Espírito Santos) |
| Bandern (Rio Grande do Norte) | Banerj (Rio de Janeiro) | BEA (Amazonas) | Banpará (Pará) |
| Banroraima (Roraima) | Banestado (Parana) | BEG (Goiás) | Banrisul (Rio Grande do Sul) |
| Bemat (Mato Grosso) | Banco do Paraná | | Nossa Caixa (São Paulo) |
| Beron (Rondônia) | Bemge (Minas Gerais) | | BDMG (Minas Gerais) |
| Caixego (Goias) | Credireal (Minas Gerais) | | BEC (Ceará) |
| Minascaixa (Minas Gerais) | Paraiban (Paraíba) | | BEM (Maranhão) |
| Produban (Alagoas) | | | BEP (Piauí) |
| Badesc (Santa Catarina) | | | BESC (Santa Catarina) |
| BDGoias (Goiás) | | | |
| Desembanco (Bahia) | | | |

Fonte: Cleofas (2004)

Segundo Garcia (2014), o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), implementado em novembro de 1995, tinha como objetivo a reestruturação dos bancos privados em dificuldades financeiras através do incentivo de fusões, incorporações, aquisições e controle acionário por bancos estrangeiros e por outros bancos privados nacionais.

Uma outra medida adotada para o fortalecimento do sistema financeiro nacional foi a flexibilização para permissão de entrada de capital estrangeiro no setor bancário brasileiro (DE PAULA, 1998). Segundo Camargo (2019), com a chegada dos bancos

estrangeiros se criou uma expectativa de que se estimularia o aumento a concorrência e que por sua vez levaria a redução do nível de spread, aumento na qualidade do setor, aumento dos produtos e serviços financeiros e aumento na concessão de créditos; entretanto, mesmo com a ampliação da presença dos bancos estrangeiros no Brasil, essa expectativa não se concretizou e os bancos estrangeiros acabaram por focar em uma postura mais conservadora com investimentos em títulos públicos.

3.2 TENDÊNCIA DA CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA

Há um consenso entre os pesquisadores que o setor bancário brasileiro teve um aumento do seu nível de concentração após os anos 1990 devido às medidas de reestruturação bancária das instituições financeiras. Com algumas instituições financeiras apresentando problemas nos seus balanços, algumas entraram em falência e outras foram incorporadas em processos de fusões e aquisições incentivados pelos programas PROER e PROES. Segundo Kupfer e Hasenclever (2002) o setor bancário nos anos de 1990 representaram cerca de 18,3% do total das fusões e aquisições.

As instituições financeiras adotaram a estratégia de adquirir outras empresas financeiras em processos de fusões e aquisições para aumentar sua participação de mercado e se protegerem contra a entrada das novas instituições financeiras estrangeiras no mercado nacional (PAULA; MARQUES, 2004).

Goldner e Araujo (2005) também afirmam que as fusões e aquisições para os bancos foram uma estratégia para garantir a manutenção da posição relativa no mercado pelo fato de que, pelo menos no curto prazo, não houve nenhuma alteração significativa nas taxas de Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE).

Para garantir a competitividade na economia existe no Brasil o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) que exerce a função de supervisão e análise dos pedidos de fusões e aquisições para aprovação caso mostre que não haverá perda do nível de competitividade. No caso do SFN, a supervisão da competitividade é analisada com cooperação entre o CADE e o Bacen. (DE MEDEIROS, 2010)

A tendência da concentração bancária também está relacionada com as inovações no setor bancário e suas vantagens comparativas. Segundo Freitas (1997), existem características particulares na concorrência do setor bancário. Os bancos

possuem baixas despesas ao desenvolver novos instrumentos para o mercado e esses novos ativos não possuem registros de patentes e ficam disponíveis para os concorrentes também os ofertem no mercado. A criação de novos instrumentos financeiros possui ganhos de inovação temporários, porém existem outras maneiras que os bancos buscam para se diferenciar da concorrência, como: investimento em marketing, consolidação da imagem de confiança do banco ou pelo foco na qualidade de sua equipe operacional.

Segundo Freitas (1997), a incorporação de inovações tecnológicas é uma importante ferramenta utilizada pelos bancos em busca de vantagens competitivas frente sua concorrência. Uma das principais inovações tecnológicas implementada no setor bancário foi a tecnologia de telecomunicação nas operações bancárias.

Os Bancos Digitais e Fintechs marcaram a substituição da necessidade de agências físicas com o crescimento das atividades de operações financeiras via plataformas digitais. Essa mudança permite um menor investimento inicial para a entrada de novos bancos no mercado bancário que por sua vez estimula a competitividade e inovação dos players antigos (bancos tradicionais). (DINIZ et.al, 2019)

As Fintechs são o trabalho conjunto da tecnologia e serviços financeiros que possuem a expectativa de otimizar a tomada de decisões e de integrarem os diferentes elos dos mercados de maneira eficiente, trazendo uma redução dos custos do setor (OLIVEIRA *et al.*, 2019).

Segundo Marchetti (2022), em 2008, 75,2% da população com mais de 10 anos possuía celular, entretanto, em 2011, 55,9% da população adulta não estava inclusa no sistema financeiro. Com esse cenário o Bacen, como solução para aumentar a inclusão financeira, estimulou do surgimento das Fintechs, das Instituições de Pagamento e dos Bancos Digitais.

Com a possibilidade de expansão do mercado de crédito com a utilização dos meios eletrônicos, o Bacen implementou a resolução nº4656/2018, permitindo o oferecimento de produtos de créditos via plataformas eletrônicas.

Segundo o site do Bacen, a regulação das operações financeiras por meio de plataformas eletrônicas permitiu o surgimento das fintechs de crédito. As fintechs de crédito se dividem em duas categorias: Sociedade de Crédito Direto (SCD) e Sociedade de Empréstimo Entre Pessoas (SEP).

Na SCD não há captação de recursos de terceiros, suas operações financeiras são realizadas com recursos próprios. O seu foco principal é a realização de operações de financiamento e empréstimos via plataforma eletrônica. Na SEP é vedada a utilização de capital próprio para a oferta de operações de empréstimos e financiamentos, seu principal foco é a realização de operações de empréstimo e financiamento entre pessoas (*peer-to-peer*).

As Fintechs possibilitaram um maior dinamismo por estabelecerem um modelo de trabalho e organização com tomadas de decisões de maneira mais horizontal. Segundo (Oliveira *et al.*, 2019), as principais razões para a revolução das Fintechs foram:

- a) desenho centrado no usuário - diferencial no relacionamento com o usuário;
- b) serviços inovadores - gestão financeira dos usuários;
- c) eficiência - capacidade de armazenamento de informações e qualidade do serviço de informação;
- d) Blockchain - garante privacidade e segurança nas operações.

Segundo Tigre (2019), a substituição dos intermediários tradicionais pelas plataformas online pode trazer como benefício: a redução dos custos dos serviços prestados aos clientes, redução dos custos de transação, aumento dos lucros ou redução dos preços.

3.3 DETERMINANTES DO SPREAD

A concentração do setor bancário pode causar um impacto na competitividade do setor, dando uma oportunidade para o abuso de poder econômico por parte dos bancos, contribuindo para o aumento do spread dos juros. Entretanto, existem outros fatores que estão por traz do elevado spread, como a taxa de crescimento econômico, volatilidade das taxas de juros e inflação, ambiente jurídico e impostos.

Segundo Nakano (2006), um dos entraves para a redução dos spreads é a existência de uma política monetária que impõe uma elevada taxa de juros como a taxa de juros de equilíbrio. O problema de uma taxa de juros básica elevada é o aumento do nível de retorno dos títulos da dívida pública, considerados ativos de baixo risco, que por sua vez causam um aumento do custo de oportunidade para os bancos

de alocarem seus recursos para a carteira de crédito, dessa forma esse custo de oportunidade é repassado para o custo de crédito. De acordo com Afonso (2019), taxas de juros mais altas também aumentam a probabilidade de inadimplência.

Segundo a Diretoria de Comunicação da FEBRABAN (2019), os juros e o spread bancário se tornam elevados no Brasil, pois são influenciados pela fragilidade do cenário macroeconômico de: baixo crescimento, problemas fiscais do país e alta volatilidade dos juros e da inflação, aumento da incerteza e aumento prêmio de risco.

De acordo com Afonso (2019), o crescimento econômico está associado a menores spreads. O autor argumenta que o crescimento econômico estimula a atração de capitais, diminui a probabilidade de inadimplência e o aumento da oferta de crédito com ganhos de escala e redução de custos.

Outro determinante para o tamanho do spread é os impostos cobrados, entretanto, pelo estudo de Bignotto (2006), a redução dos impostos teria um impacto nulo na redução do spread, indicando que não haveria um repasse da queda dos impostos para as taxas dos juros.

A inadimplência e a recuperação de crédito ineficiente também refletem nos custos e aumento do spread. Trabalhos como de Souza (2008) indicam que os processos de recuperação são onerosos e demorados, aumentando os custos dos bancos com seus departamentos jurídicos, dessa forma quanto menor a segurança jurídica das garantias de empréstimos maior o spread.

Outro fator relevante para a taxa de juros das operações de crédito é o seu volume disponível e a alocação entre os diferentes tipos de operações. De acordo com Da Silva (2005), um dos determinantes do volume da oferta de crédito é a taxa do compulsório imposta para os bancos.

A alocação do crédito na economia se divide em duas categorias gerais para os demais tipos de operações, que são os créditos com recursos livres e os créditos com recursos direcionados. Existe críticas quanto ao crédito direcionado por causar distorções no mercado de crédito.

Os Recursos Fixos ou Crédito Direcionado é uma modalidade de crédito utilizada como política pública com o objetivo de destinar recursos para o desenvolvimento de um setor econômico específico, o volume de crédito é estipulado pela política econômica do governo e as taxas de juros são geralmente menores que as taxas de juros de mercado.

Os Recursos de Créditos livres são parte da modalidade de crédito que não possui restrições ao tomador de empréstimo de como e onde investir o valor emprestado, as definições de taxas e prazos são definidas em acordo entre o tomador de empréstimo e o ofertante (instituição financeira), a taxa de juros utilizada é a de mercado.

Existe a discussão se a implementação do crédito direcionado causa mais efeitos positivos ou negativos para o desenvolvimento econômico, o mercado de crédito e o tamanho da taxa de juros. Existem críticas de que as taxas subsidiadas dos créditos direcionados estariam sendo compensadas pelo aumento das taxas de juros do crédito de recursos livres (BARROS; SILVA; OLIVEIRA, 2018).

Autores como Costa e Nakane (2005) analisaram as vantagens e desvantagens do direcionamento do crédito. Em seu estudo apontaram que o direcionamento obrigatório pode gerar impactos diretos e indiretos.

Os impactos diretos seriam:

- a) a ineficiência alocativa, quando os recursos não são destinados para os setores mais produtivos;
- b) o subsídio cruzado, quando setores não beneficiados pagam taxas de juros maiores para compensar as taxas subsidiadas dos setores beneficiados.

Os impactos indiretos:

- a) elevação do risco de crédito, pois as instituições não estariam escolhendo qual taxa de juros ou prazo de vencimento,
- b) aumento do risco de liquidez, visto que uma parte dos passivos das instituições financeiras possuem vencimento de curto prazo e em contrapartida os créditos direcionados apresentam prazos de vencimento maiores, causando uma dessincronização dos vencimentos entre os passivos e ativos.

Entretanto, alguns autores defendem a presença do crédito direcionado pela sua participação no financiamento do crescimento de países em desenvolvimento, disponibilizando crédito de longo prazo em situações em que o crédito naturalmente não estaria disponível por motivos de insegurança e volatilidade dos ambientes macroeconômicos desses países. De acordo com Torres Filho (2006), o direcionamento do crédito não é uma prática exclusiva dos países em

desenvolvimento como o Brasil, é uma prática comum utilizada para os países para atender suas prioridades políticas.

De acordo com Torres Filho (2006), a classificação negativa do crédito direcionado é injusta e seus dados estão sendo mal interpretados. O autor critica o Bacen por considerar operações diferentes e de origens diferentes como se fossem as mesmas, nesse caso são os empréstimos bancários com origem de recursos fiscal ou parafiscal e os depósitos captados pelos bancos comerciais que são sujeitos ao direcionamento pelo governo.

Os empréstimos com origem de recurso fiscal ou parafiscal não estão causando uma diminuição do volume do crédito de recursos livres ou fazendo com que esses fiquem mais caros. O crédito direcionado com recursos públicos utiliza os recursos de fundos provindos das poupanças compulsórias criadas pelas arrecadações de impostos, pode-se dar de exemplo o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) que é suprido com a arrecadação do PIS e nos casos em que a arrecadação é maior que a despesa do fundo, a diferença é aplicada em projetos de investimentos prioritários. (TORRES FILHO, 2006).

Quanto aos empréstimos com origem dos recursos do sistema bancário a captação de recursos é estimulada pelos governos com a oferta de garantias públicas ou até uma equalização da taxa de juros², com a garantia do governo o crédito privado adquire a mesma qualidade da dívida pública. (TORRES FILHO, 2006).

3.4 HISTÓRICO DE INICIATIVAS PARA REDUÇÃO DO SPREAD DOS JUROS

O Bacen esteve presente na implementação de novas medidas com a finalidade de adaptar o SFN com novas melhorias para corrigir seus obstáculos e atender às novas demandas e necessidades do mercado. Um dos assuntos mais importantes presentes nos relatórios do Bacen é a avaliação e necessidade de redução do spread bancário. De acordo com Souza (2008), a redução do spread será possível em um ambiente macroeconômico favorável e previsível, com medidas para redução dos custos e riscos das operações, com o aumento da concorrência e transparência do setor.

² o governo paga parte dos juros que seriam devidas ao tomador final.

Segundo os Relatórios Econômicos Bancários do Bacen, o spread bancário é uma variável dependente da função da soma dos custos de inadimplência, tributos, despesas administrativas e as margens financeira dos bancos.

Segundo Afonso (2009), foram introduzidas medidas para a redução da inadimplência, essas medidas foram: a aprovação do novo regime falimentar (Lei nº 11.101, de 2005), ampliação da alienação fiduciária, possibilidade de penhora eletrônica, implementação do novo Sistema de Pagamentos Brasileiro, introdução do patrimônio de afetação³, melhoria do grau de garantia da Cédula de Crédito Bancário e a implementação do cadastro positivo.

O Cadastro Positivo é um banco de dados que reúne informações sobre o histórico, tanto da pessoa física quanto jurídica, da aquisição e dos pagamentos de contratações de empréstimos e financiamentos, gerando uma espécie de currículo financeiro. Essas informações registradas contém os valores totais financiados, a quantidade e valores das parcelas, o registro da pontualidade de pagamento dos compromissos e os casos de inadimplência. As informações coletadas são disponibilizadas para as instituições financeiras que por sua vez auxiliam na avaliação do perfil de crédito dos indivíduos e na análise de riscos. Com essas informações disponíveis, as instituições financeiras conseguem tomar a decisão, de maneira mais efetiva, da concessão de empréstimos e da adoção da taxa de juros mais adequada ao risco da operação.

O Cadastro Positivo foi instituído pela Lei nº 12.414 de 9 de junho de 2011 (BRASIL, 2011), passando a vigorar em 2013, tendo a inclusão automática dos consumidores a partir de 2019 com a aprovação da Lei Complementar nº 166/2019 (BRASIL, 2019).

³ A principal função do patrimônio de afetação é dividir as contas entre a incorporadora e o empreendimento em construção, garantindo uma separação completa.

Outras medidas com foco na redução do spread, segundo o relatório do grupo de trabalho da comissão de assuntos econômicos (2018), foram aprovadas, no âmbito do Senado Federal, como por exemplo:

- a) Novo Cadastro Positivo – PLS 212/2017;
- b) competência compartilhada do Banco Central e do CADE na definição de fusões e aquisições no âmbito do sistema financeiro - PLS 350/2015;
- c) regulamentação da emissão de duplicatas eletrônicas – Lei nº 13.775/18 (NETO, 2019).

O relatório do grupo de trabalho da comissão de assuntos econômicos (2018) também aborda as medidas adotadas no âmbito do Bacen para promover a competição e diminuição do spread bancária, sendo alguma delas:

- a) Resolução nº 4.553, de 2017: as instituições financeiras são divididas em cinco segmentos, de acordo com seu porte, atividade internacional e perfil de risco – possibilita a aplicação proporcional da regulação financeira;
- b) Resolução nº 4.639, de 2018: liberação de transferência automática de recursos da conta salário para uma conta de pagamentos aberta em uma instituição de pagamento;
- c) Resolução nº 4.649, de 2018: permite a movimentação automática de recursos entre instituições autorizadas, sejam elas bancárias ou não bancárias, mediante autorização do cliente;
- d) Resolução nº 4.656, de 2018, que dispõe sobre a Sociedade de Crédito Direto (SCD) e a Sociedade de Empréstimo entre Pessoas (SEP): disciplina a realização de operações de empréstimo e de financiamento entre pessoas por meio de plataforma eletrônica e regula a instituições que realizam operações financeiras através de plataformas eletrônicas.

Essas medidas, tanto no âmbito do Senado quanto do Bacen, auxiliam a aumentar a eficiência e confiança do sistema financeiro no âmbito jurídico que beneficiará na redução dos custos jurídicos dos créditos e dos custos de inadimplência.

As medidas como a implementação do Cadastro Positivo auxiliam na correção da assimetria de informação, possibilitando uma redução dos riscos dos bancos de fornecerem empréstimos para um mal negócio; a medida da competência compartilhada entre o Bacen e CADE auxilia na supervisão dos casos de atos de concentração, a regulamentação da emissão das duplicatas eletrônicas aumenta a segurança da garantia das duplicatas de emissão por meio eletrônico.

As medidas dos âmbitos do Senado trazem atualizações no funcionamento operacional que buscam aumentar a transparência e eficiência do sistema bancário, com destaque do incentivo a competição com a resolução da SCD e SEP.

4 METODOLOGIA

Nesse capítulo é explicado as ferramentas e parâmetros utilizados para analisar e classificar os dados obtidos no IF.data e Bacen para explicar a relação do tamanho do spread da taxa de juros e a concentração do setor bancário.

4.1 ÍNDICES DE CONCENTRAÇÃO

Para acompanhar a competitividade do mercado existe o cálculo de índices de concentração, sendo um dos mais conhecidos o índice de Hirschman-Herfindahl (HHI), que além de avaliar o grau de concentração do mercado avalia também o impacto econômico de fusões, aquisições e incorporações.

O índice de Hirschman:

$$H = \sum_{i=1}^N q_i^2$$

A fórmula pode utilizar valores decimais que varia de 0 a 1 ou valores inteiros (quando o índice é calculado com porcentagens) variando de 0 a 10.000 pontos, N é o número de empresas no setor e q é a quota de mercado da empresa. O índice de Hirschman leva em conta o tamanho relativo das firmas ao elevar sua participação ao quadrado, fazendo com que as firmas com menor participação contribuam proporcionalmente menos para o resultado do índice.

Os parâmetros de classificação da concentração de mercado pelo resultado de IHH que o Bacen utiliza são os do Guia para Análise de Atos de Concentração envolvendo Instituições Financeiras (Guia, 2012)⁴, nele os valores do IHH⁵ em decimais se classificam em:

- a) entre 0 e 0,10: baixa concentração;
- b) acima de 0,10 até 0,18: concentração moderada;
- c) acima de 0,18 até 1: concentração elevada.

⁴ Anexo I ao Comunicado 22.366, de 27 de abril de 2012

⁵ No Horizontal Merger Guidelines, de 2010, do U.S. Department of Justice (USDOJ) e a Federal Trade Commission (FTC), agências antitruste norte-americanas, as considerações são de IHHn entre 0 e 0,15 (baixa concentração), acima de 0,15 até 0,25 (moderada concentração) e acima de 0,25 até 1 (elevada concentração).

Outro índice de concentração seria a Relação de Concentração (CR), quando for representada por CR4 quer dizer que será analisado o total da participação das 4 maiores empresas do nicho e CR10 será as 10 maiores. O resultado do índice varia de 0 a 1, em que 0 corresponde uma situação de concorrência perfeita e 1 de monopólio. A fórmula do índice:

$$CR_{\kappa} = \sum_{i=1}^{\kappa} P_i$$

κ = quantidade de grandes empresas que serão analisadas

P_i = participação da empresa de ordem i

4.2 ÍNDICES DE MEDIDA DO GRAU DE CONCENTRAÇÃO E DADOS UTILIZADOS

Para avaliar a concentração do setor bancário foram analisadas as concentrações dos ativos e das captações entre os bancos utilizando o Índice de *Herfindahl* (índice *Herfindahl–Hirschman*, ou IHH) e o Índice de Relação de Concentração (CR).

Foram utilizados os dados, obtidos no IF.data, do volume dos ativos e captações de cada banco da categoria Consolidado Bancário I, composto pelo Conglomerado Bancário I e por Instituições Bancárias Independentes, que segundo o Bacen, ambas são classificadas como Instituições financeiras dos tipos Banco Comercial, Banco Múltiplo com Carteira Comercial ou Caixa Econômica, com exceção de estarem integradas em um conglomerado ou não.

Foi escolhido analisar os dados da categoria do Consolidado Bancário I pois apresenta a maior quantidade do total de ativos e depósitos. Em 2013, o consolidado bancário I possuía 84% do ativo total do Sistema Financeiro Nacional. (SANTOS et. al, 2017).

4.3 DECOMPOSIÇÃO DO INDICADOR DE CUSTO DE CRÉDITO E O SPREAD BANCÁRIO

Para entendermos a formação do nível do spread precisamos analisar o custo do crédito e o nível das taxas de juros. Conseguimos analisar o custo do crédito através do Indicador de Custos de Crédito (ICC), este divulgado pelo Bacen. A diferença entre a taxa de juros e o custo de crédito será a margem financeira do ICC (o spread).

O ICC tem como objetivo fornecer uma visão mais abrangente do custo real do crédito para os consumidores ou empresas, sendo uma métrica mais precisa de avaliação do custo de um empréstimo do que uma comparação com apenas a taxa de juros, pois é levado em conta todos os custos adicionais envolvidos na obtenção do crédito.

Segundo a Nota técnica 45 do Banco Central do Brasil (2018):

O ICC tem a finalidade de estimar o custo médio, em um mês, que onera as famílias e as empresas que tenham tomado crédito no SFN. O cálculo do ICC leva em consideração a composição da carteira de cada modalidade de crédito, conforme as datas de contratação e suas respectivas taxas de juros.

Os itens levados em conta no cálculo do ICC são:

- a) custo de captação;
- b) inadimplências - engloba as estimativas de perda, juros não recebidos com atraso superior a 60 dias e descontos concedidos;
- c) despesas administrativas;
- d) tributos e FGC - engloba as despesas do FGC, IOF, IR, PIS e Cofins, e despesas de juros sobre capital próprio;
- e) margem financeira do ICC - parcela de remuneração da atividade de crédito para a instituição bancária.

5 ANÁLISE DE DADOS

Nesse capítulo será feito uma análise dos dados obtidos no Bacen e IF.data sobre a concentração do setor bancário e o tamanho do spread da taxa de juros. A análise será baseada na metodologia escolhida e nas ideias levantadas no capítulo da revisão bibliográfica.

5.1 EVOLUÇÃO DO GRAU DE CONCENTRAÇÃO NO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO

Analisando a evolução do número de instituições financeiras do Consolidado Bancário I se observa que o número de instituições bancárias diminui em 30,5% entre 1995 e 2022. O ano de maior queda foi de 1997 para 1998 com uma diminuição de aproximadamente 8,6%, um dos motivos que se pode apontar para a diminuição do número de instituições pós 1995 foi a reestruturação bancária realizada como resposta à crise do México de 1995.

Tabela 3 – Evolução do número de instituições financeira do Consolidado Bancário I

| evolução do número de Instituições do Consolidado Bancário I | | | |
|--|--------------------|------|--------------------|
| ano | nº de instituições | ano | nº de instituições |
| 1995 | 144 | 2009 | 100 |
| 1996 | 145 | 2010 | 101 |
| 1997 | 140 | 2011 | 101 |
| 1998 | 128 | 2012 | 99 |
| 1999 | 124 | 2013 | 96 |
| 2000 | 122 | 2014 | 96 |
| 2001 | 121 | 2015 | 97 |
| 2002 | 111 | 2016 | 95 |
| 2003 | 110 | 2017 | 97 |
| 2004 | 108 | 2018 | 95 |
| 2005 | 104 | 2019 | 96 |
| 2006 | 104 | 2020 | 97 |
| 2007 | 101 | 2021 | 99 |
| 2008 | 101 | 2022 | 100 |

Fonte: Bacen (2023)¹⁶

¹ <https://www3.bcb.gov.br/ifdata/index.html>

⁶ <https://www3.bcb.gov.br/ifdata/legado.html>

No quadro abaixo, estão reunidos os resultados do IHH e CR(k) para os ativos e captações do período de 1995 a 2022. Comparando os resultados dos índices de concentração com o quadro da evolução do número de instituições financeiras percebe-se que a redução do número de bancos fomentou a concentração dos ativos e das captações do setor, confirmasse ainda mais essa relação quando comparamos os valores dos dois quadros a partir de 2016, o número de instituições financeiras sobe de 95 para 100 firmas em 2022, enquanto o índice IHH dos ativos e captações reduzem de 0,15 para 0,12 e 0,16 para 0,13, respectivamente, entre 2016 a 2022. Também se percebe a redução da concentração das captações em CR(k) a partir de 2016.

Tabela 4 – Evolução do IHH e CR(k) de 1995 a 2022

| ano | IHH | | Ativos | | Captações | |
|------|--------|-----------|--------|------|-----------|------|
| | ativos | captações | CR4 | CR10 | CR4 | CR10 |
| 1995 | 0,09 | 0,12 | 0,52 | 0,71 | 0,6 | 0,78 |
| 1996 | 0,09 | 0,12 | 0,51 | 0,71 | 0,59 | 0,78 |
| 1997 | 0,08 | 0,11 | 0,5 | 0,69 | 0,57 | 0,76 |
| 1998 | 0,09 | 0,11 | 0,54 | 0,71 | 0,61 | 0,78 |
| 1999 | 0,09 | 0,12 | 0,52 | 0,7 | 0,63 | 0,78 |
| 2000 | 0,09 | 0,12 | 0,52 | 0,74 | 0,62 | 0,81 |
| 2001 | 0,08 | 0,11 | 0,49 | 0,73 | 0,6 | 0,82 |
| 2002 | 0,09 | 0,12 | 0,54 | 0,77 | 0,62 | 0,85 |
| 2003 | 0,1 | 0,12 | 0,57 | 0,8 | 0,62 | 0,86 |
| 2004 | 0,09 | 0,11 | 0,54 | 0,8 | 0,59 | 0,87 |
| 2005 | 0,09 | 0,11 | 0,53 | 0,8 | 0,58 | 0,88 |
| 2006 | 0,09 | 0,11 | 0,54 | 0,82 | 0,59 | 0,87 |
| 2007 | 0,09 | 0,11 | 0,52 | 0,8 | 0,59 | 0,86 |
| 2008 | 0,12 | 0,14 | 0,64 | 0,87 | 0,69 | 0,92 |
| 2009 | 0,13 | 0,13 | 0,66 | 0,89 | 0,71 | 0,91 |
| 2010 | 0,13 | 0,15 | 0,67 | 0,88 | 0,71 | 0,9 |
| 2011 | 0,13 | 0,15 | 0,67 | 0,89 | 0,73 | 0,9 |
| 2012 | 0,13 | 0,16 | 0,68 | 0,88 | 0,75 | 0,9 |
| 2013 | 0,13 | 0,17 | 0,69 | 0,89 | 0,76 | 0,91 |
| 2014 | 0,13 | 0,16 | 0,68 | 0,89 | 0,76 | 0,92 |
| 2015 | 0,13 | 0,15 | 0,69 | 0,90 | 0,73 | 0,92 |
| 2016 | 0,15 | 0,16 | 0,73 | 0,90 | 0,76 | 0,92 |
| 2017 | 0,14 | 0,15 | 0,73 | 0,90 | 0,75 | 0,91 |
| 2018 | 0,14 | 0,15 | 0,70 | 0,89 | 0,74 | 0,91 |
| 2019 | 0,14 | 0,15 | 0,69 | 0,94 | 0,73 | 0,90 |
| 2020 | 0,13 | 0,14 | 0,68 | 0,87 | 0,70 | 0,89 |
| 2021 | 0,13 | 0,13 | 0,67 | 0,86 | 0,69 | 0,88 |
| 2022 | 0,12 | 0,13 | 0,66 | 0,85 | 0,68 | 0,87 |

Fonte: Bacen (2023)

(1)Ativos e Depósitos totais

(2) instituições do Consolidado Bancário I

De acordo com os parâmetros de classificação da concentração de mercado pelo resultado de IHH do Guia para Análise de Atos de Concentração envolvendo Instituições Financeiras (Guia, 2012), os resultados de IHH dos ativos mostram que até 2007 possuíam uma baixa concentração e a partir de 2008 passou a ter uma concentração moderada; os resultados das captações mostram que de 1995 a 2022 sempre possuíam uma concentração moderada, com destaque para o ano de 2013 que por 0,01 não foi classificado como alta concentração.

Segundo o modelo de Oreiro (2006), o spread da taxa de juros se aumenta com a diminuição dos custos de captação. Com uma concentração maior nas captações as instituições financeiras possuem um maior poder de negociação para reduzir as taxas de captação de recursos. Veremos mais adiante a evolução da proporção do custo de captação na decomposição do ICC médio.

Analisando a Relação de Concentração (CR) dos ativos entre 1995 e 2022, as 4 maiores firmas bancárias tiveram um aumento de mais ou menos 13% de participação do total de ativos no setor bancário e as 10 maiores firmas mais ou menos 14%. A baixa diferença entre o aumento da concentração do total de ativos entre os 4 e 10 maiores bancos mostra que o aumento da concentração CR(10) se deu principalmente pelo aumento da participação dos 4 maiores bancos. No ano de 2022, os 10 maiores bancos possuíam o controle de 85% do total de ativos, com o máximo de 93,9% em 2019 e o mínimo de 69% em 1997. Os 4 maiores bancos, no ano de 2022, possuíam o controle de 65,6% do total de ativos, com o máximo de 72,7% em 2019 e o mínimo de 49% em 2001.

Tabela 5 – Lista dos 10 maiores bancos no ano de 2022

| Volume Ativo Total (Valores monetários em R\$ mil) | Volume Captações (Valores monetários em R\$ mil) |
|--|--|
| 1. Itaú – 2.264.702.287 | 1. Itaú – 1.635.163.761 |
| 2. Banco do Brasil – 2.010.991.124 | 2. Banco do Brasil - 1.588.033.730 |
| 3. Caixa Econômica Federal – 1.585.873.063 | 3. Caixa Econômica Federal – 1.315.127.949 |
| 4. Bradesco – 1.538.534.888 | 4. Bradesco - 1.168.245.370 |
| 5. Santander – 1.076.796.103 | 5. Santander - 771.344.631 |
| 6. BTG Pactual – 441.386.142 | 6. BTG Pactual - 290.523.568 |
| 7. Safra – 252.426.072 | 7. Safra – 197.421.129 |
| 8. Citibank – 169.772.269 | 8. Banco Cooperativo Sicredi S.A. – 134.807.585 |
| 9. Banco Cooperativo Sicredi S.A. – 150.419.287 | 9. XP - 97.817.953 |
| 10. XP – 135.664.256 | 10. Citibank – 94.072.431 |

Fonte: Bacen (2023)

Entre 1995 e 2022, a concentração das captações dos 4 e 10 maiores bancos aumentaram aproximadamente 8% e 9%, respectivamente. Para os 10 maiores bancos a maior concentração foi de aproximadamente 92% das captações e o menor 76% em 1997. A maior concentração das captações dos 4 maiores bancos foi de aproximadamente 76% enquanto sua menor concentração foi de 57% em 1997. Podemos ver claramente que o aumento da concentração das captações nos 10 maiores bancos teve grande participação do aumento dos 4 maiores bancos.

5.2 EVOLUÇÃO DO SPREAD DA TAXA DE JUROS

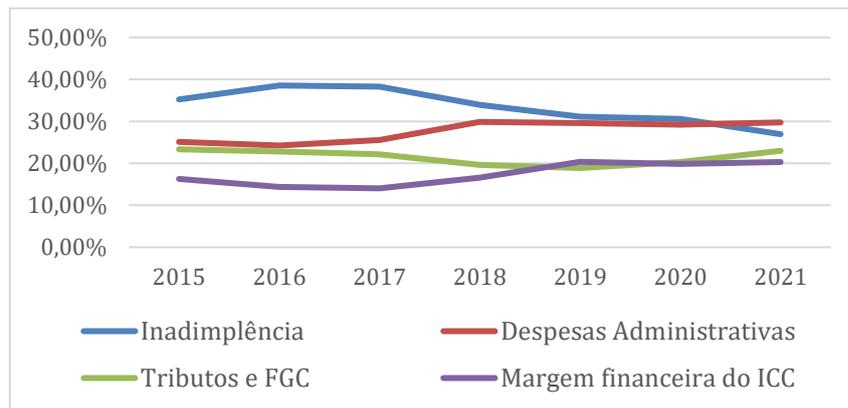
O Spread é o ICC médio ajustado menos o Custo de Captação que é igual a soma do custo de inadimplência, despesas administrativas, margem financeira, tributos e FGC.

Tabela 6 - Decomposição do ICC geral (em p.p.)

| ano | Custo de captação | Inadimplência | Despesas Administrativas | Tributos e FGC | Margem financeira do ICC | ICC médio ajustado |
|-------|-------------------|---------------|--------------------------|----------------|--------------------------|--------------------|
| 2015 | 7,72 | 3,94 | 2,81 | 2,61 | 1,82 | 18,90 |
| 2016 | 8,15 | 4,77 | 3,00 | 2,82 | 1,78 | 20,52 |
| 2017 | 7,50 | 4,88 | 3,26 | 2,82 | 1,79 | 20,25 |
| 2018 | 6,82 | 4,19 | 3,69 | 2,42 | 2,05 | 19,17 |
| 2019 | 6,28 | 4,01 | 3,81 | 2,43 | 2,62 | 19,15 |
| 2020 | 5,24 | 3,62 | 3,46 | 2,40 | 2,35 | 17,07 |
| 2021 | 5,21 | 2,97 | 3,28 | 2,53 | 2,24 | 16,23 |
| Média | 6,82 | 4,01 | 3,28 | 2,53 | 2,05 | 19,15 |

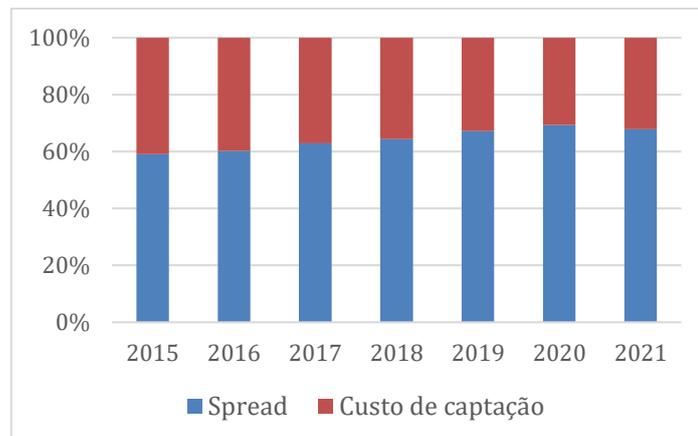
Fonte: Relatório de economia Bancária – 2020, Bacen, pag. 83

O gráfico acima contém os dados do relatório econômico do Bacen, nota-se uma diminuição, de 2016 a 2021, do ICC médio em 4,29 p.p. Comparando os valores atuais das variáveis do ICC com os seus valores de 2021 percebe-se a diminuição dos Custos de captação, Inadimplência, Tributos e FGC; por outro lado houve um aumento da Despesa administrativa e a Margem financeira do ICC.

Gráfico 1 - Decomposição do spread do ICC (%) no período de 2015 - 2021

Fonte: Bacen (2023).

De 2015 a 2021, o Custo de Inadimplência teve a maior participação do spread até 2020 onde é substituído pelas Despesas Administrativas; a Margem financeira continua tendo a menor participação, com exceção no ano de 2019.

Gráfico 2 - Proporção do spread e custo de captação em relação ao ICC geral

Fonte: Relatório de economia Bancária – 2020, Bacen, pag. 83;

Ao observar a tabela com os valores da decomposição do ICC, com a diminuição da maioria das variáveis e do próprio valor do ICC médio, se conclui que o cenário do custo de crédito está melhorando, entretanto pode-se tirar uma conclusão diferente ao analisar as proporções das variáveis do ICC que indicam que o spread vem aumentando sua proporção e o custo de captação diminuindo de 2015 a 2020, com uma pequena reversão em 2021.

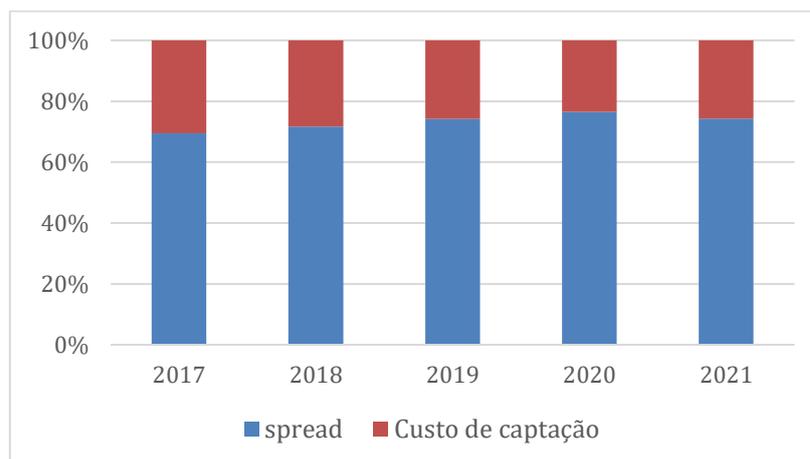
O Custo de captação continua sendo o principal componente do custo do crédito em valores absolutos, representando na média do período a participação equivalente a 35,61% do ICC médio do período de 2015 a 2021.

Tabela 7 - Decomposição do ICC dos recursos livres (em p.p.)

| ano | Custo de captação | Inadimplência | Despesas Administrativas | Tributos e FGC | Margem financeira do ICC | ICC médio ajustado |
|-------|-------------------|---------------|--------------------------|----------------|--------------------------|--------------------|
| 2017 | 9,68 | 8,02 | 5,92 | 4,43 | 3,65 | 31,70 |
| 2018 | 8,17 | 6,24 | 6,04 | 4,55 | 3,83 | 28,83 |
| 2019 | 7,15 | 5,78 | 5,86 | 4,44 | 4,52 | 27,75 |
| 2020 | 5,55 | 5,18 | 5,10 | 4,06 | 3,69 | 23,58 |
| 2021 | 5,70 | 4,28 | 4,87 | 3,95 | 3,36 | 22,16 |
| Média | 7,15 | 5,78 | 5,86 | 4,43 | 3,69 | 27,75 |

Fonte: Relatório de Economia Bancária – 2021, pag. 85, Bacen

Analisando o ICC dos recursos livres percebe-se a diminuição de 9,54 p.p. de 2017 para 2021 do ICC médio ajustado, apresentando uma diminuição dos valores absolutos das variáveis do spread e do custo de captação até 2020.

Gráfico 3 - Proporção do spread e custo de captação em relação ao ICC com recursos livres

Fonte: Relatório de Economia Bancária – 2021, pag. 85, Bacen (2023)

Analisando a proporção do spread e o custo de captação do ICC com recursos livres percebe-se o aumento do spread, de 2017 para 2020, em 7% e igual proporção na diminuição do Custo de captação.

A diminuição do Custo de captação do ICC se encaixa no modelo de Oreiro (2006) de que o aumento do nível de spread se dá pela diminuição dos custos de captação de depósitos.

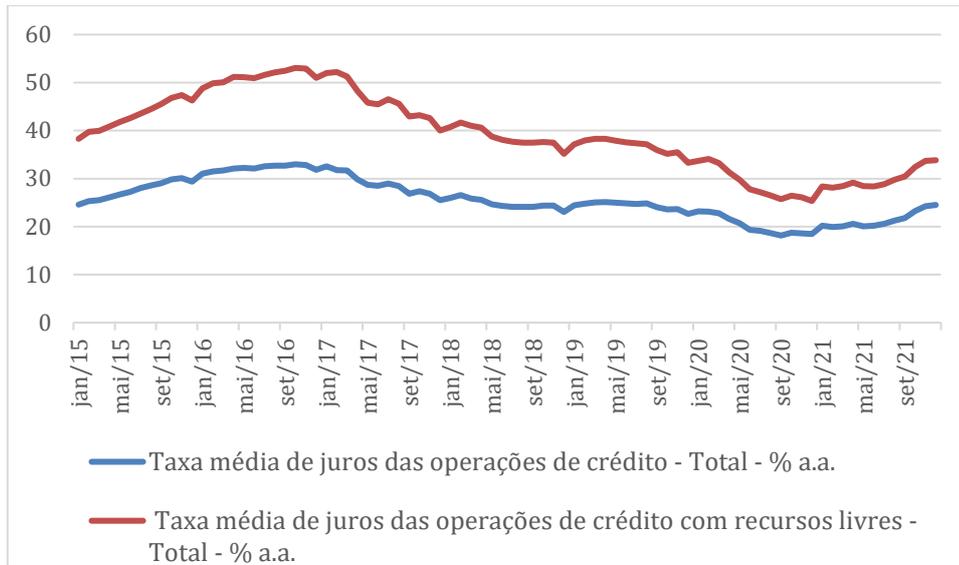
Analisando a variação dos índices de concentração com a proporção do spread e custo de captação no ICC percebe-se uma descontinuidade da tendência de variação do custo de captação. Os índices de concentração mostram uma redução na concentração das captações que em teoria diminuiria a capacidade dos bancos de ofertar remunerações menores nas captações, entretanto, houve uma diminuição da concentração, mas não houve um aumento do custo de captação.

Gráfico 4 – Taxa de Juros Selic (2015 – 2021)



Fonte: Bacen (2023)

O outro motivo para redução dos Custos de Captação pode ter sido a redução das taxas de juros Selic. Uma redução da taxa Selic permite aos bancos reduzirem suas taxas de captação de depósitos. Isso pode explicar a descontinuidade da tendência do resultado da variação do Custo de Captação ocorrido entre 2015 e 2021.

Gráfico 5 – Taxa de juros das operações de crédito no Brasil de 2015 a 2021

Fonte: Bacen (2023).

No gráfico da taxa de juros das operações de crédito percebe-se que a taxa de juros começou a cair de 2016 para 2020 e com um aumento em 2021, padrão semelhante da variação da taxa Selic. Com essa movimentação também se percebe um mesmo padrão na variação da proporção do spread e custo de captação em que houve uma diminuição do Custo de Captação de 2015 para 2020 e um aumento em 2021.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse trabalho foi analisar a concentração do setor bancário e o spread da taxa de juros.

Sobre a concentração do setor bancário percebe-se, tanto pelo IHH quanto pelo índice de Relação de Concentração que a concentração das captações é maior do que da concentração dos ativos durante 1995 a 2022.

O IHH mostra concentração moderada para as captações desde 1995 e moderada para os ativos a partir de 2008, esse aumento da concentração dos ativos pode ser associado a fusão dos Bancos Santander e Real (em 2007) e Itaú e Unibanco (em 2008) (Katz, 2016). O índice de Relação de Concentração registra uma alta concentração dos ativos e captações nas primeiras 10 posições de maiores bancos do país.

Os grandes bancos possuem a vantagem de escala, menores riscos em relação aos bancos menores, conseguem aproveitar a economia de rede - em que a oferta de seus serviços e produtos atraem mais clientes - e se beneficiam da preferência por bancos tradicionais que transmitem maior estabilidade e confiança. Os Bancos Digitais e Fintechs são relativamente novos no mercado e ainda não transmitem a mesma segurança, pelo menos aos clientes mais antigos. Todavia, são uma boa aposta para a redução da concentração do setor com seus menores custos para entrada e atuação no setor.

A respeito do spread da taxa de juros, foram analisados a decomposição do ICC médio ajustado geral e dos recursos livres. De 2015 a 2021, o ICC médio de ambos os casos e seus spreads apresentaram uma diminuição que pode ser associada com a diminuição das taxas de juros Selic, entretanto, proporcionalmente mostrou que houve uma diminuição dos Custos de captações e aumento do spread de 2017 para 2020 em ambos os casos.

Desta forma, este trabalho conclui que a concentração no setor bancário brasileiro precisa ter um foco na observação da concentração das captações e na participação das 10 maiores instituições bancárias. As captações possuem uma concentração moderada que por sua vez poderia ficar menor à medida que as instituições financeiras como as Fintechs e Bancos Digitais ganhassem espaço e credibilidade no mercado. Com essa estimativa de redução das concentrações das captações, mais as medidas para redução do spread tanto no âmbito do Senado

Federal e quanto do Bacen, aumenta-se a previsibilidade da redução do nível do spread.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, José Roberto; KOHLER, Marcos Antonio; DE FREITAS, Paulo Springer. **Evolução e determinantes do spread bancário no Brasil**. Brasília: Centro de Estudos da Consultoria do Senado Federal, ago. 2009. (Textos para Discussão). Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-61-evolucao-e-determinantes-do-spread-bancario-no-brasil>. Acesso em: 10 ago. 2023.
- ALMEIDA, Fabricio Alves de; SILVA, Antonio Suerlilton Barbosa da. **Índices de concentração: evidências empíricas à indústria de transformação cearense**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 35., 2015, Fortaleza, 2015. **Anais** [...]. Fortaleza: Enegep, 2015. p. Disponível em: https://abepro.org.br/biblioteca/TN_STO_208_233_28339.pdf . Acesso em: 06 jul. 2023.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Gonçalves et al. Estratégia de Fusão e Aquisição Bancária no Brasil: evidências empíricas sobre retornos. **Contextus**, Fortaleza, v. 5, n. 2, p. 7-20, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.19094/contextus.v5i2.32086>. Acesso em: 06 maio 2023.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. **50 Maiores Bancos e o Consolidado do Sistema Financeiro Nacional**. Brasília, 2023. Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/top50/port/top50.asp>. Acesso em: 13 ago. 2023.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. BIGNOTTO, Fernando G; RODRIGUES, Eduardo Augusto S. Fatores de Risco e o Spread Bancário no Brasil. **Textos para Discussão**, Brasília, n. 110, p.1-31. Julho 2006. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/WorkingPaperSeries/wps110.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2023.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. **Guia para Análise de Atos de Concentração envolvendo Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil**: anexo I ao Comunicado 22.366. Brasília, 2012. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/Organizacao/Guia_analise_acordo_concentracao_COMUNICADO22366.pdf. Acesso em: 02 de ago. 2023.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. Indicador de Custo do Crédito: Nota Metodológica. **Notas Técnicas do Banco Central do Brasil**, Brasília, n. 45, p. 1-19, junho de 2018. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/notastecnicas/2018nt45custocred.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2023.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. **IF.data**: dados a partir de 2000. Brasília: Bacen, 2023. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/ifdata/index.html>. Acesso em: 15 ago. 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. **IF.data**: dados anteriores de 2000. Brasília: Bacen, 2023. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/ifdata/legado.html>. Acesso em: 15 ago. 2023.

BARROS, L. A. B. de C.; SILVA, C. K. dos S.; OLIVEIRA, R. de F. Presença estatal no mercado de crédito: bancos públicos e crédito direcionado na crise de 2008. **Revista Contabilidade & Finanças**, [S. l.], v. 32, n. 87, p. 461-475, 2021. DOI: 10.1590/1808-057x202108930. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/191040>. Acesso em: 06 jul. 2023.

BECK, Thorsten; DEMIRGÜÇ-KUNT, Asli; LEVINE, Ross. **A new database on financial development and structure**. 1999. (Working paper). Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/23722191_A_new_database_on_financial_development_and_structure_Working_paper . Acesso em: 02 ago. 2023.

BITTENCOURT, Wanderson Rocha; PAIM, Jaqueline Viela Araújo; DA CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves; NASCIMENTO, Eduardo Mendes. Estudo sobre a evolução da concentração do setor bancário no Brasil e da taxa de juros. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, UNEB, Salvador, v. 5, n. 3, p. 05-25, maio/ago., 2015. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/financ/article/view/942>. Acesso em: 01 ago. 2023.

CAMARGO, PO. A evolução recente do setor bancário no Brasil [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/109128/ISBN9788579830396.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 06 jul. 2023.

CARVALHO, Carlos Eduardo. Perda De Receitas da Inflação e Defesa da Lucratividade dos Grandes Bancos Brasileiros no Início Do Plano Real. Artigo. **Revista de Economia Mackenzie**, v 3, n. 3, p. 121-153. 2005. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/rem/article/download/779/466>. Acesso em: 02 ago. 2023.

CERNEV, Adrian; DINIZ, Eduardo. Fintech: a sexta onda de inovações no sistema financeiro. In: CERNEV, Adrian; DINIZ, Eduardo. **Inovação Em Serviços e a Economia Do Compartilhamento**. São Paulo: Editora Saraiva, 2019. capítulo 10. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/341520783_Fintech_a_sexta_onda_de_inovacoes_no_sistema_financeiro. Acesso em: 12 jul. 2023.

COSTA, A. C.; NAKANE, M. I. (2005). **Crédito direcionado e custo das operações de crédito livre**: uma avaliação do subsídio cruzado do crédito imobiliário e rural no Brasil. Relatório de Economia Bancária e Crédito. Brasília: BCB, 2005. p. 29-43. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pec/spread/port/rel_econ_ban_cred.pdf. Acesso em: 10 ago. 2023.

DA SILVA, Bianca Corrêa. **O Spread Bancário Brasileiro**: uma análise da sua composição entre o período de 1999 e 2004. 2005. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2005.

Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/121833>. Acesso em: 07 ago. 2023.

DE FREITAS, Cristina Penido. A natureza particular da concorrência bancária e seus efeitos sobre a estabilidade financeira. **Economia e Sociedade**, Campinas, pag: 51-83, jun. 1997. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/455/n.%208%2002-Cristina.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2023.

DE MEDEIROS, Diego José Ferreira. **Atuação e Limites do CADE no Setor Bancário Uma Análise da Defesa Concorrencial Bancária entre 2000 e 2009**. 2010. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/2489/1/DJFMedeiros.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2023.

DE PAULA, Luiz Fernando Rodrigues. Tamanho, dimensão e concentração do sistema bancário no contexto de alta e baixa inflação no Brasil. **Nova Economia**, v. 8, n. 1, p. 87-116, jul./dez. 1998. Disponível em: <http://luizfernandodepaula.com.br/ups/tamanho-dimensao-e-concentracao.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2023.

DE PAULA, Luiz Fernando; LIMA, G. T. Teoria da firma bancária. **Macroeconomia moderna: Keynes e a economia contemporânea**. Rio de Janeiro. 1999. p. 171-189. Disponível em: <http://luizfernandodepaula.com.br/ups/teoria-firma-bancaria.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2023.

FRANK, Robert H.; BERNANKE, Ben S.; **Princípios de Economia**. 4. ed. Porto Alegre: AMGH, 2012. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=8eiWpqWqiz8C>. Acesso em: 12 ago. 2023.

FREITAS, Paulo Springer de; KÖHLER, Marcos; AFONSO, José Roberto. **Evolução e determinantes do spread Anexo ao Relatório Preliminar da Comissão de Crise Financeira e da Empregabilidade do Senado Federal**. Brasília: Centro de Estudos da Consultoria do Senado Federal. 2009. (Textos para Discussão). Disponível em: <http://www.senado.gov.br>. Acesso em: 02 ago. 2023.

GENNARI, Adilson Marques; DE OLIVEIRA, Roberson. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Saraiva, 2009. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1281153/mod_resource/content/1/Hist%C3%B3ria%20do%20Pensamento%20Econ%C3%B4mico.pdf. Acesso em: 01 ago. 2023.

KATZ, Bruno. **A concentração do setor bancário brasileiro nos últimos 20 anos e uma análise de eficiência das quatro principais instituições do setor**. 2016. Trabalho de Conclusão (Graduação de Ciências Econômicas) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/148384>. Acesso em: 06 jul. 2023.

LOPES, Jerônimo Volmir Lopes. **Determinantes do spread bancário no Brasil**. 2014. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São

Leopoldo – RS, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4071>. Acesso em 12 jul. 2023.

MAIA, Geraldo. Restructuring the banking system—the case of Brazil. **BIS Policy Papers**, n. 6, p. 106-23, 1999. Disponível em: <https://www.bis.org/publ/plcy06b.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2023.

MANHIÇA, Félix António; JORGE, Caroline Teixeira. **O nível da taxa básica de juros e o spread bancário no brasil**: uma análise de dados em painel. Rio de Janeiro, fev. 2012. (IPEA. Texto para Discussão). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1252>. Acesso em: 10 ago. 2023.

MARCHETTI, Fernando Hercules. **Avanço das fintechs, instituições de pagamento e bancos digitais**: impactos para a revisão do spread bancário no Brasil. 2022. Dissertação (Mestrado) - Escola de Economia de São Paulo, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10438/32732>. Acesso em: 10 ago. 2023.

MENDES, Carlos Magno; TREDEZINI, Cícero Antônio de Oliveira; BORGES, Fernando Tadeu de Miranda; FAGUNDES, Mayra Batista Bitencourt. **Introdução à economia**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/401353/1/introducao_a_economia-3ed-miolo-online-atualizado.pdf. Acesso em: 01 ago. 2023.

NAKANO, Y. O regime monetário, a dívida pública e a alta de juros. **Conjuntura Econômica**, FGV, Rio de Janeiro, v. 11, n. 59, nov. 2005. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rce/article/view/28218>. Acesso em: 10 ago. 2023.

NETO, Rubens de Camargo Vidigal Neto; DE SOUZA, Allan Crocci; VICENTINI, Maria Eugênnia Ketelhuth. **Lei que regulamenta a emissão de duplicatas eletrônicas é sancionada**. 29 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.vidigalneto.com.br/artigos/lei-que-regulamenta-a-emissao-de-duplicatas-eletronicas-e-sancionada>. Acesso em: 02 ago. 2023.

OLIVEIRA, Gabriela Sterzi; BOMFIN, Larissa Rosa; ESPINOSA E SILVA, Letícia Mamede Selber; FRANKLIN, Marcos Antonio. Fintech serviços financeiros: uma abordagem de serviços 4.0. In: ENCONTRO DA ANPAD, 43., 2019, São Paulo/SP. **Anais[...]**. São Paulo, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/336345696_FINTECH_SERVICOS_FINANCIEROS_UMA_ABORDAGEM_DE_SERVICOS_40. Acesso em 12 jul. 2023.

OLIVEIRA, Kelly; MÁXIMO, Wellton. Fim da recessão e queda de juros e da inflação assinalam economia em 2017. **Agência Brasil**, Brasília, 29 de dez. 2017. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-12/retrospectiva-2017-economia>. Acesso em: 10 ago. 2023.

OREIRO, José Luís. Preferência pela Liquidez, Racionamento de Crédito e Concentração Bancária. Uma Nova Teoria Pós-keynesiana da Firma Bancária. **Est.**

Econ., São Paulo, v. 35, n. 1, p. 101-131, janeiro-março 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-41612005000100004>. Acesso em: 01 ago. 2023.

PAULA, L. F. de; MARQUES, M. B. L. Tendências Recentes da Consolidação Bancária no Brasil. **Análise Econômica**, [S. l.], v. 24, n. 45, 2009. DOI: 10.22456/2176-5456.10861. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/view/10861>. Acesso em: 01 ago. 2023.

RELATÓRIO de Economia Bancária: Banco de Dados. Bacen. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorioeconomiabancaria/cronologicos>. Acesso em: 15 ago. 2023.

RESENDE, M. Medidas de Concentração Industrial: uma Resenha. **Análise Econômica**, [S. l.], v. 12, n. 21 e 22, 2009. DOI: 10.22456/2176-5456.10488. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/view/10488>. Acesso em: 10 ago. 2023.

ROCHA, Fernando A. S. Evolução da concentração bancária no Brasil (1994-2000). **Notas Técnicas do Banco Central do Brasil**, Brasília, n.11, p. 1-40, novembro de 2001. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/notastecnicas/31102001nt11concentbanpcp>. Acesso em: 01 ago. 2023.

SALVIANO JUNIOR, Cleofas. **Bancos estaduais: dos problemas crônicos ao PROES**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2004. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/htms/public/BancosEstaduais/livro_bancos_estaduais.pdf. Acesso em: 10 ago. 2023.

SALVINO JUNIOR, Cleofas. **Bancos estaduais: dos problemas crônicos ao PROES**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2004. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/htms/public/BancosEstaduais/livro_bancos_estaduais.pdf. Acesso em: 01 ago. 2023.

SAMUELSON, Paul A. **Os Economistas**. Trad. de Paulo de Almeida. São Paulo: Nova Cultural, 1997. Disponível em: <http://www.projetos.unijui.edu.br/economia/files/Paul-Samuelson.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2023.

SANTOS, Cláudio Hamilton Matos dos; FERREIRA, Adriana Nunes; SILVA, Antonio Carlos Macedo e; DE CONTI, Bruno Martarello; PRATES, Daniela Magalhães; DE OLIVEIRA, Giuliano Contento. A Caracterização estrutural do sistema financeiro brasileiro: uma agenda de pesquisa. In: SANTOS, Cláudio Hamilton Matos dos. **Características estruturais do sistema financeiro brasileiro**: um registro da reflexão do Ipea no biênio 2014-2015, volume 1. Brasília: Ipea, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8790>. Acesso em: 04 de ago. 2023.

SENADO FEDERAL. Relatório grupo de trabalho comissão de assuntos econômicos. **Inovação e Competição**: novos caminhos para redução dos spreads bancários (custos e margens da intermediação financeira). Brasília, dez. 2018.

Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/a9f02ad9-86f8-4271-84a9-3e143daaae6e>. Acesso em: 02 ago. 2023.

SOUZA, Francine Santos Mendes. **Determinantes do spread bancário e da concessão de crédito no Brasil**. 2008. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/122425>. Acesso em: 07 ago. de 2023.

TIGRE, Paulo Bastos. Trajetórias e oportunidades das inovações em serviços. *In*: TIGRE, Paulo Bastos; PINHEIRO, Alessandro Maia. **Inovação em serviços e a economia do compartilhamento**. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. Cap 1. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=Pwm2DwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT17&dq=Tigre+\(2019\)+fintechs&ots=X5xDT4Rsu&sig=mbtay_zNv_YCUKJXRjvW5yIIMsQ#v=onepage&q=Tigre%20\(2019\)%20fintechs&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=Pwm2DwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT17&dq=Tigre+(2019)+fintechs&ots=X5xDT4Rsu&sig=mbtay_zNv_YCUKJXRjvW5yIIMsQ#v=onepage&q=Tigre%20(2019)%20fintechs&f=false). Acesso em: 06 de set. 2023.

TORRES Filho, Ernani T. Crédito direcionado e direcionamento do crédito: situação atual e perspectivas. **Revista do BNDES**, v. 13, n. 25. Rio de Janeiro: BNDES, jun./2006, p.35-50. Disponível em – <http://www.bndes.gov.br>. Acesso em: 08 ago. 2023.

VARIAN, Hal R. **Microeconomia**: uma abordagem moderna. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6909148/mod_resource/content/1/Microeconomia%20-%20Hal%20Varian%209a%20edic%CC%A7a%CC%83o.pdf. Acesso em: 06 set. 2023.